ano 11 – n. 21 | mar./ago. 2022
Belo Horizonte | p. 1-222 | ISSN 2238-8508
R. Fórum Dir. Fin. e Econômico – RFDFE

Revista Fórum de Direito FINANCEIRO E ECONÔMICO

RFDFE

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DIREITO FINANCEIRO

O que é o povo na Constituição?

Regis Fernandes de Oliveira 9

1 O povo na Constituição 9
2 A concepção marxista 10
3 A massa e sua psicologia 11
4 O conhecimento político popular 12
5 A organização social primitiva 13
6 A soberania popular ou divina? 13
7 Quem é o povo a que alude o parágrafo único do art. 1º da Constituição? 14
8 O paradoxo do governo 15
9 Algumas assertivas 17
10 A massa amorfa (ralé) 17
11 Há um conceito positivo de povo? 18
12 O que não é povo. Riqueza e intelecto. Extrema pobreza. A pobreza como privação de capacidades 19
13 Enfim, o que é o povo na Constituição Federal? O voto 20
14 O exercício do poder. Soberania popular. Representatividade. Poder constituinte e constituído 22
15 Conclusões 23

O surgimento do município como ente federado na constituinte de 1988

Fernando Facury Scaff 25

1 Introdução 25
2 O relator da Subcomissão de Municípios e Regiões, Aloysio da Costa Chaves 26
3 O Município nas Constituições brasileiras 27
4 O método adotado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 29
5 O relatório e o anteprojeto da subcomissão. O surgimento do Município como ente federado 30
6 Conclusões 36

Autonomia financeira do Poder Judiciário – uma análise comparada

Vivian Ribeiro Westphalen 39

1 Introdução 39
2 Separação dos Poderes 40
3 A independência e autonomia do Poder Judiciário 43
4 Limitações à autonomia do Judiciário 50
5 As despesas vinculadas ao Poder Judiciário 57
6 Autonomia e independência orçamentária do Judiciário norte-americano 60
7 O Brasil e a experiência norte-americana 67
8 Conclusões 69

DIREITO ECONÔMICO

Constituição econômica e democracia econômica: entre as variedades de capitalismos e o pluralismo produtivo
Giovani Clark, Leonardo Alves Corrêa, Samuel Pontes do Nascimento 77

1 Introdução 78
2 Ideologia constitucional e pluralismo produtivo 80
3 As variedades ou modelos de capitalismos 83
4 A constituição econômica como moldura institucional: as variedades de capitalismos constitucionalmente admitidas 89
5 Considerações finais 95

Estado federal, ordem econômico-financeira e a superação das desigualdades regionais
Martonio Mont'Alverne Barreto Lima, Roberto Guilherme Leitão, Rômulo Guilherme Leitão 101

1 Ideário federativo: matriz fundante, perfis históricos e tipologias 101
2 Bases constitucionais das instituições econômicas: a constituição econômica como instrumento de superação das desigualdades regionais 105
3 Bases constitucionais das instituições financeiras 107
3.1 Bases constitucionais das instituições financeiras de superação das desigualdades regionais 108
3.2 Bases constitucionais das instituições financeiras de dimensão tributária 111
3.3 Bases constitucionais das instituições financeiras: a dinâmica das repartições de rendas 114
4 Conclusão 116

Cidades inteligentes no Brasil: como e para quem? Uma análise crítica da nova urbanização capitalista a partir da experiência europeia
Cecilia Bojarski Pires, Enzo Bello, Kelda Sofia Caires, Vitor Fraga 119

1 Introdução 120
2 Algumas experiências concretas das *smart cities* na Europa 122
2.1 Algumas experiências de *smart cities* em Portugal 123
3 A incorporação das *smart cities* na urbanização brasileira: uma análise crítica através de categorias teóricas explicativas de uma realidade social específica 132
4 Síntese: análise crítica do advento da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes e de algumas experiências incipientes de *smart cities* no Brasil 138
4.1 Experiências no Brasil e a Carta Brasileira para as *Smart Cities* 139
5 Considerações finais 144

Sobre o Banco Central "independente"
Gilberto Bercovici 149

A inadequação da atividade neoextrativista perante a ordem constitucional econômica brasileira
Jonathas Lima Soler 155

1 Introdução 155
2 Um novo extrativismo em solo brasileiro 157
2.1 Contexto de formação do fenômeno neoextrativista 157
2.2 Percepções da lógica neoextrativista 160
2.3 Conceituação do neoextrativismo 163

3 O descompasso entre o neoextrativismo e a ordem econômica constitucional 164
3.1 Diretrizes essenciais constitucionais 164
3.2 A leitura adequada da Constituição não dá guarida à lógica neoextrativista..... 167
4 Considerações finais 169

O princípio da intervenção mínima e a revisão contratual: uma análise crítica à luz da Constituição Federal
Cristina Aparecida Faceira Medina Mogioni, Rossana Teresa Curioni Mergulhão..... 173

1 Introdução 173
2 A livre iniciativa 174
3 A liberdade contratual 176
4 A função social do contrato..... 178
5 O poder regulatório do Estado na economia 182
6 O princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual 183
7 A interpretação do parágrafo único do artigo 421 do Código Civil conforme a Constituição Federal..... 185
8 Conclusão 190

Bidenomics e suas consequências
Walber de Moura Agra 197

1 Intervencionismo e sua inexorabilidade hodiernamente 197
2 *Bidenomics* e sua conformação..... 201
3 Consequências preliminares do *Bidenomics*..... 210
4 Conclusão 215

Instruções para os autores..... 221